



## Recomendações

### Reunião Anual dos 26, 27 e 28 de maio 2025

**A Comissão Temática para os Assuntos Consulares, Participação Cívica e Política (CCPCP)**, ao abrigo da Lei n.º 66-A/2007 de 11 de Dezembro do Conselho das Comunidades Portuguesas, reunida em Lisboa nos dias 26, 27 e 28 de maio 2025, vem por este meio e por iniciativa própria, com base nas reuniões realizadas

elaborar informações, emitir pareceres e formular propostas e recomendações que consideramos de elevada importância ao Conselho Permanente, considerando os seguintes **pontos**:

1 - O **Cartão de identificação** do Conselheiro/a das comunidades portuguesas distribuído em 2024 carece de um número de identificação para ter uma validade legal. Sem o número único, o cartão não permite a identificação da identidade do portador, pelas instituições e autoridades em Portugal.

2 - Instamos o Conselho Permanente a considerar o tema da **Formação** aos conselheiros e conselheiras do CCP, como sendo uma prioridade a concretizar neste mandato 2023-2027. Após vários encontros realizados com a DGACCP, IDI, Observatório da Emigração (ISCTE) entre outros, esta comissão temática verificou que haverá apoio nesta matéria para criar e implementar um plano de formação híbrido (e-learning e presencial) exclusivo ao CCP. Nesta matéria identificamos o **Instituto Diplomático** como sendo o parceiro natural e estratégico e que mostrou abertura para trabalhar em sintonia com o CCP.



3 - Após reuniões com a DGACCP e o Sindicato dos Trabalhadores Consulares, identificamos os seguintes temas a priorizar: a **falta de recursos humanos crónicos** na maioria dos postos consulares. Persiste a **falta de atractividade das carreiras**, muito devido ao baixo nível de remunerações e à falta de perspectivas de progressão das carreiras. Importância em divulgar e **promover o uso da Chave Móvel Digital** junto das comunidades portuguesas residentes no estrangeiro. A **falta de campanhas de sensibilização sobre o recenseamento eleitoral** junto dos postos consulares e comunidades portuguesas. Relembramos que o recenseamento não é automático no estrangeiro contrariamente em território nacional.

Sugerimos o **envio com carácter de urgência de uma nota interna da DGACCP aos postos consulares**, a sensibilizar este facto numa Nota clara, simples e sistemática. Estamos conscientes que o período a seguir às eleições é o momento oportuno para campanhas de sensibilização ao recenseamento eleitoral e actualizações de moradas do Cartão de Cidadão.

4 - Consideramos ser **importante** e pertinente a **reactivação da Comissão Interministerial para as Comunidades Portuguesas**, por parte da DGACCP e da Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, uma vez que esta já **não reúne desde 2008**. Relembramos que esta comissão desempenha funções de coordenação em matéria de política de emigração e de comunidades portuguesas no estrangeiro.

5- Esta comissão do CCPCP está preocupada quanto ao **tratamento dos dados pessoais** dos portugueses residentes no estrangeiro aquando da transmissão de informação nos postos **consulares honorários**, nomeadamente quando estes cessam de funcionar.



- 6 - Recomendamos um maior **apoio e colaboração entre o CCP e o Observatório da Emigração**, no sentido de fomentar a partilha de informações, divulgação de relatórios, estudos e artigos relacionados com o tema da emigração portuguesa. Lamentamos a não divulgação do relatório da emigração portuguesa desde 2023.
- 7 - Recomendamos a **criação de um canal de comunicação entre o CCP e o Instituto dos Registos e do Notariado (IRN)**, com o objectivo de aumentar os serviços disponibilizados às comunidades portuguesas por via dos meios tecnológicos e agilizar a resolução de determinados processos. Esta Comissão Temática está a trabalhar na organização de um canal de comunicação dedicado ao IRN, para isso sendo necessário a criação de uma caixa de **correio electrónica própria aos conselheiros do CCP com extensão do MNE ou da SECP**.
- 8 - Instamos o CCP a **desenvolver parcerias com o IRN** no sentido de criar campanhas de informação sobre os serviços online disponíveis pelo IRN, orientadas para as comunidades portuguesas residentes no estrangeiro.
- 9 - Alertamos para o facto da existência de um **"entupimento"** nos serviços devido aos pedidos de nacionalidade portuguesa. O prazo médio para a obtenção da nacionalidade é de 3 anos. Existem actualmente 456 000 pedidos de nacionalidade. Verificamos que os recursos humanos são desajustados para o número avultado de pedidos.



10 - **Apelamos ao teste do voto eletrónico pela internet.** Esta comissão temática vai continuar a trabalhar na aproximação do Governo e da Assembleia da República para a efectivação do modelo do voto electrónico pela internet para as comunidades portuguesas residentes no estrangeiro. É no nosso entender primordial que o CCP mantenha uma posição clara e uniforme em relação a este tema, e relembramos que esta comissão temática e suas antecessoras, vêm trabalhando há várias décadas neste tema e assim acumulam experiência e conhecimento importante.

11 - Apelamos ao **desenvolvimento de um trabalho de proximidade com o Governo Regional da Madeira e dos Açores,** sobre os temas da participação cívica e política das comunidades madeirenses e açoreanas a residir no estrangeiro. Aqui podemos incluir as modalidades de voto tais como o voto eletrónico pela internet e apoiar a possibilidade dos madeirenses e açorianos a residir no estrangeiro de votar e ter representação nos parlamentos regionais. Consideramos ser útil a criação de uma comissão de trabalho entre o CCP e as Secretarias Regionais das Comunidades Madeirenses e Açoreanas, com o objectivo de efectuar encontros regulares entre os três órgãos.

12 - Defendemos a alteração da Lei n.º 71/78, de 27 de dezembro que regula e define as competências da **Comissão Nacional de Eleições (CNE),** no sentido de **incluir na sua composição representantes do Conselho das Comunidades Portuguesas,** com o objectivo de defender os direitos, interesses e deveres das comunidades portuguesas junto deste organismo de relevante importância, no que diz respeito à organização, acompanhamento e contagem dos votos nos diferentes actos eleitorais nacionais.



Comissão Temática para os Assuntos  
Consulares, Participação Cívica e Política

13 - **Apelamos a uma ampla divulgação** junto das comunidades portuguesas que nos próximos meses vão ocorrer **importantes actos eleitorais** em que os portugueses a residir no estrangeiro serão directa ou indirectamente implicados. Relembramos que no mês de outubro de 2025 terão lugar as eleições autárquicas e no mês de janeiro de 2026 as eleições presidenciais.

A Comissão Temática do CCPCP:

- José Duarte Alves (Brasil);
- Márcia Sousa (EUA);
- Cândida Melo (Alemanha);
- Sara Fernandes (Austrália)
- Rui Ribeiro Barata (França)
- Alexandre Dos Santos (África do Sul)
- Fátima De Pontes (Venezuela)

Rui Ribeiro Barata  
Coordenador da Comissão

Sara Fernandes  
Vice-Secretária

26 de junho 2025